



ATIVIDADES

- 1. No dia 19 de Dezembro, a Segurança Social anunciou que vai celebrar, este mês, 33 novos acordos de cooperação com instituições de solidariedade, um investimento total de mais de 6,1 milhões de euros que permitirá apoiar 1.160 crianças e adultos com deficiência.**

Em comunicado, o Instituto da Segurança Social (ISS) adianta que os acordos de cooperação com IPSS reforçam o apoio na área da deficiência, “com um investimento, em 2015, de 5 milhões e 650 mil euros e, ainda em 2014, mais de meio milhão de euros”, sendo que oito dos acordos de cooperação inserem-se no âmbito do Sistema Nacional de Intervenção Precoce e permitirão o reforço dos apoios a mais cerca de 600 crianças dos zero aos seis anos de idade, e respetivas famílias.

“Estes acordos representam um investimento, em 2015, de cerca de um milhão de euros e, ainda este ano, de cerca de 80 mil euros”, sublinha-se no comunicado.

Já na área do apoio à deficiência de pessoas adultas serão celebrados 25 novos acordos de cooperação, aos quais acresce a revisão em alta de 45 acordos, permitindo o alargamento dos apoios a mais 560 adultos.

Entre os novos acordos e a revisão de acordos já existentes, o investimento nos apoios à deficiência para pessoas adultas representará, em 2015, cerca de 4 milhões e 650 mil euros e, ainda em 2014, cerca de 450 mil euros.

2. **No dia 20 de Dezembro, realizou-se, nas instalações da “Casa da Mutualidade” da Previdência Portuguesa – Associação Mutualista, em Coimbra, a Assembleia Geral Ordinária para a Eleição dos Órgãos Associativos da União das Mutualidades Portuguesas para o triénio 2015-2017, tendo saído vencedora a Lista A com 41 votos.**

A Lista B obteve 25 votos, tendo-se verificado 1 voto nulo. De um total de 76 associadas votaram 70, tendo sido considerados 67 votos válidos.

Na sequência da homologação dos resultados, a Presidente cessante da Mesa da Assembleia Geral deu posse aos novos órgãos associativos, liderada pela Associação A Familiar de Grijó - Associação Mutualista, presidida por Luís Alberto Silva.

LEGISLAÇÃO



RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 102/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 247/2014, SÉRIE I DE 2014-12-23

Assembleia da República

Recomenda ao Governo o cumprimento da legislação sobre acessibilidades e medidas mais eficazes para a eliminação de barreiras arquitetónicas



RESOLUÇÃO DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA N.º 103/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 247/2014, SÉRIE I DE 2014-12-23

Assembleia da República

Visa a eliminação das barreiras arquitetónicas pela garantia do direito de todos os cidadãos à mobilidade e à acessibilidade



DESPACHO N.º 15522/2014 - DIÁRIO DA REPÚBLICA N.º 247/2014, SÉRIE II DE 2014- 12-23

Ministérios das Finanças e da Saúde - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e Adjunto do Ministro da Saúde

Determina o montante financeiro disponível para atribuição de apoios a pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos que desenvolvam projetos no âmbito dos Programas Nacional

(O Decreto -Lei n.º 186/2006, de 12 de setembro, estabelece o regime de atribuição de apoios financeiros pelo Estado, através dos serviços e organismos centrais do Ministério da Saúde e das administrações regionais de saúde, a pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos.

O referido decreto -lei determina, no artigo 9.º, que o montante financeiro disponível para cada programa de apoio é anualmente fixado, por área de intervenção e âmbito territorial, nacional ou regional, por ministro responsável pela área da saúde.

Considerando que os Programas Nacionais conseguiram alcançar ganhos de eficiência na gestão de 2013, é agora possível afetar parte dessas verbas à atribuição de apoios financeiros a pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos que desenvolvam projetos nesta área e que concorram para a concretização dos objetivos do Plano Nacional de Saúde e dos Programas Nacionais.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 186/2006, de 12 de setembro, determina -se:

1 — *Em 2014, o montante disponível para programas de apoio no âmbito do Plano Nacional de Saúde e nas áreas dos Programas Nacionais, sejam eles nacionais ou regionais, é de 75.000,00 € para programas pontuais e de 2.300.000,00 € para programas plurianuais.* 2 — *Os encargos com apoios financeiros que tenham reflexos em mais de um ano económico são inscritos no orçamento do Serviço Nacional de Saúde.*

3 — *As verbas constantes do n.º 1 que não forem gastas em 2014 podem ser utilizadas em 2015.*

4 — *O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura)*

A alteração do Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pelo Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro, operada pelo Decreto-lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro, traduziu-se, entre outros efeitos, na revogação do artº 33º do Estatuto primitivo, disposição essa que, pelo seu nº 1, estabelecia a sujeição dos orçamentos e contas das IPSS ao “visto dos serviços competentes”.

Significa tal revogação que tais documentos relativos à vida interna das IPSS deixaram de estar sujeitos a tal intervenção formal de natureza tutelar: o “visto”.

Nessa medida, os orçamentos das Instituições para o ano de 2015, aprovados, em regra, pelo menos no que se refere às associações de solidariedade social, até 15 de Novembro do ano corrente, nos termos do artº 59º, 2 da anterior versão do Estatuto – para o futuro, a aprovação do orçamento deverá ser efetuada até 30 de Novembro de cada ano, nos termos do artº 59º-A, c) da nova redação – **não terão de ser submetidos aos serviços da Segurança Social para esse efeito.**

Quanto às contas do exercício relativas a 2014, que deverão ser aprovadas até 31 de Março de 2015, nos termos do artº 59º-A, b) do mesmo Estatuto, **as mesmas não estarão, também, submetidas ao “visto” dos serviços competentes**, em virtude da aludida revogação do artº 33º do Estatuto.

No entanto, e ao contrário do que sucede com o orçamento, as Instituições deverão enviar as contas do exercício ao “órgão competente para a verificação da sua legalidade”, nos termos do artº 14º-A, 3 do atual Estatuto, sendo tal órgão o membro do Governo responsável pela área da segurança social, ou quem tenha competência delegada por aquele (artº 14º-A, 7).

Para além desse dever de envio, as contas deverão ainda ser publicitadas “no sítio institucional eletrónico da Instituição, até 31 de Maio do ano seguinte a que dizem respeito”, segundo o nº 2 do mesmo artº 14º-A do Estatuto.

Portugal 2020

A Comissão Europeia aprovou no dia 19 de Dezembro, os programas regionais e temáticos do novo quadro comunitário. O volume de financiamento é de quase 26 mil milhões de euro:

[**Alentejo:** (no valor de 1,3 mil milhões de euros, dos quais 898 milhões do FEDER e 185 milhões do FSE) Este montante destina-se a prestar apoio a 5 000 PME através de subvenções ou outras formas de apoio reembolsáveis e criar milhares de postos de trabalho. Irá igualmente reforçar a capacidade de acolhimento de crianças ou infraestruturas de educação para cerca de mais 5 000 crianças.

[**Algarve:** (447,6 milhões de euros, dos quais 319 milhões provenientes da UE) A verba irá criar alguns milhares de postos de trabalho, reabilitar 70 000 m² de espaços públicos nas cidades e apoiar 6 250 candidatos a emprego a encontrar trabalho. Mais de 36 000 desempregados (incluindo de longa duração) irão igualmente ter acesso a formação e mais de 28 000 beneficiarão de formação em contexto de trabalho.

[**Açores:** (1,4 mil milhões de euros dos quais 1,1 mil milhões da UE) O investimento nesta região autónoma irá financiar 325 novas PME e apoiar 720 existentes; procurará reduzir as emissões de CO2 em 47 435 toneladas e criar novos postos de trabalho.

[**Centro:** (2,6 mil milhões de euros, dos quais 2,2 mil milhões de contribuição da UE) Este montante irá ajudar 3 280 PME a obter apoio financeiro e aceder a novos mercados e atividades de inovação; criará novos empregos e aumentará para 85% a percentagem de PME envolvidas em atividades de inovação.

[**Lisboa:** (1,85 mil milhões de euros, dos quais 623 milhões do FEDER e 211 milhões do FSE) A verba irá aumentar a capacidade de acolhimento de crianças ou infraestruturas de educação em 15,3%; permitirá que 55 % da população seja abrangida por melhores serviços de saúde e melhorará a classificação energética de 96% das habitações sociais.

[**Madeira:** (403 milhões de euros, dos quais 274 milhões do FEDER e 129 milhões do FSE) Esta região autónoma deverá beneficiar da criação de 120 novas PME e investimentos em 326 já existentes; prevê-se uma redução anual das emissões de CO2 de 3 345 toneladas e um aumento superior a 25% da ocupação do alojamento turístico e hoteleiro.

[**Norte:** (4,2 mil milhões de euros, dos quais 3,8 mil milhões da UE) Destinam-se a apoiar mais 60% das PME a envolverem-se em atividades de inovação impulsionando a sua competitividade; cerca de 92% dos alunos da região irão beneficiar de escolas primárias e secundárias melhoradas e 4 600 PME irão beneficiar de apoio financeiro, internacionalização e iniciativas de inovação; espera-se que milhares de empregos diretos venham a ser criados.

Fonte: Gabinete da Comissão Europeia em Portugal

NATAL ECOLÓGICO NA ENGENHO

A quadra natalícia na Associação Engenho está a ser vivida com toda a intensidade, com vários momentos, iniciativas, sentimentos e práticas norteadas sempre pelo espírito e pelos valores do Natal.

Todos os utentes das diferentes valências, das crianças aos idosos, celebraram o Natal numa lógica de diálogo e de partilha intergeracional.

Um Natal ecológico e amigo do ambiente, enquadrado no projeto pedagógico e no programa eco- escolas, fez com que a decoração dos espaços, os arranjos e os postais de boas festas fossem realizados com recurso a diversos materiais recicláveis e reutilizáveis.

No final da tarde do dia 15, a Casa das Artes foi o palco de um espectáculo em que as crianças brindaram os pais, avós e familiares com canções, música e coreografias subordinadas ao tema “ Um presente para o Mundo”com mensagens alusivas à protecção da natureza e do ambiente nos diferentes domínios e dimensões relevando que o mundo é a nossa casa.

Por fim, no passado sábado, nas instalações do novo Lar da Engenho realizou-se a tradicional ceia de Natal num ambiente de convívio e de partilha entre dirigentes, utentes, associados amigos, colaboradores e entidades convidadas, com destaque para o Presidente da Câmara Municipal, Mesa da Assembleia Municipal, Director do IEP do Baixo Ave, representante da CNIS, Empresários, Párcos e Presidentes da Junta de Freguesias do território de intervenção da Engenho.

<http://www.uc.pt/candidatos/online>

Faculdade de Economia Universidade de Coimbra

FEUC

CANDIDATURAS ONLINE ABERTAS

Até 5 de Janeiro

ECONOMIA SOCIAL - Cooperativismo, Mutualismo e Solidariedade

50 horas
Módulos Temáticos
Experiências Vivas
Coerências
Fevereiro a Junho
suas forças de todo e cidadãos de mundo

www.fe.uc.pt

O Diretor-Geral


(Carlos Pereira da Silva)



08.09.10. > 11. 

11º ENCONTRO NACIONAL DE SAÚDE OCUPACIONAL EM HOSPITAIS E OUTROS ESTABELECIMENTOS DE SAÚDE

EXPOSIÇÃO PROFISSIONAL A RADIAÇÕES IONIZANTES EM PROFISSIONAIS DE SAÚDE

SOCIEDADE PORTUGUESA DE MEDICINA DO TRABALHO
 Av. da República, 34 - 1ª
 1050-193 LISBOA
 Tel. 217 993 720
 Fax. 217 996 595
 spmt@spmttrabalho.com
 www.spmttrabalho.com



Convite

A Direcção da AMORAMA tem a honra de convidar V. Ex.ª para a cerimónia de inauguração das Novas Instalações a realizar-se dia 8 de Janeiro de 2015, pelas 15h00.

Av. Carlos César 24
 Urbanização Vila Cha
 2700-723 AMADORA





FÓRUM DE FINANÇAS ÉTICAS E SOLIDÁRIAS

CONSTRUÍMOS NOVOS VALORES

MARCA NA AGENDA
16/17 JAN 2015

CELEB: www.finec2015.com.pt

COOPERATIVA DOS PEDREIROS
 Av. D. João V. 1000 - 4050-308 PORTO - PORTUGAL



A Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local é entidade co-promotora da organização do Fórum de Finanças Éticas e Solidárias, que decorrerá nos dias 16 e 17 de janeiro, na Cooperativa dos Pedreiros, no Porto, em parceria com um conjunto alargado pessoas e organizações

para quem as Finanças Éticas e Solidárias são um imperativo para uma nova relação com a economia, com o desenvolvimento sustentável, com as organizações e com os territórios.

Informamos que para além das inscrições para participação nos diferentes painéis, encontram-se abertas as inscrições para submissão de comunicações até dia 31 de dezembro 2014.

Lino Maia